

## RESENHA

Vários autores. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Humanas*. Cortez Editora e Editora da UFSC. São Paulo, 1995, 220 p.

Quem deseja mais informações sobre os problemas ambientais e sua repercussão global encontra na obra *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Humanas*, editada pela Cortez, análises de especialistas que convergiram para o Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina no eixo de trabalho "Movimentos Sociais e Ecologia Política". Nesta obra, são abordadas as implicações políticas daqueles problemas.

Parte dos artigos do livro dedicam-se ao ambientalismo nacional e internacional, suas aspirações, virtudes e crises. Também há textos nos quais desenvolvem-se análises da agricultura sustentável, da relação entre meio ambiente e planejamento e das organizações-não-governamentais no contexto da América Latina.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD é o foco do trabalho dos professores da UFSC Eduardo Viola e Hector Leis. Eles ressaltam o tom alarmista empregado por Maurice Strong, Secretário Geral da CNUMAD, durante a preparação da reunião internacional, quando dizia que ela seria a última oportunidade de "salvar a Terra". Na avaliação dos autores, Strong obteve sucesso, já que mais de uma centena de Chefes de Estado estiveram presentes ou se fizeram representar na reunião do Rio.

Entretanto, apesar da reunião de tantas lideranças a CNUMAD não chegou a resultados expressivos. A carência de estudos científicos que confirmassem as ameaças no campo das mudanças climáticas, para ser mais preciso, foi o argumento dos

EUA durante o último Prepcon (reunião preparatória para a CNUMAD), que ocorreu em abril de 1992 em Nova York, para esvaziar a tese de um controle mais radical da emissão de gases estufa na atmosfera. Porém, atualmente já existe um consenso na admissão do aquecimento da Terra, embora se mantenham as divergências quanto às suas causas, conforme foi admitido na Primeira Conferência das Partes da Convenção sobre Mudanças Climáticas, realizada em Berlim, em março de 1995.

A decisão de se manter ou não os atuais níveis de poluição atmosférica é, portanto, política, haja visto que a ciência ainda não encontrou respostas satisfatórias na explicação das razões do aquecimento global. Frente a isso, os cientistas políticos Viola e Leis ponderam: "Não parece interessante pensar que Strong tinha razão (ainda que devamos guardar espaço na nossa mente para admiti-lo) (...). Tampouco parece muito sensato correr o alto risco embutido na posição dos assessores científicos de Bush (ainda que também devamos admitir esta possibilidade e particularmente estar abertos para novas descobertas científicas que possam sustentar esta posição). Conseqüentemente, fica como mais sensata uma posição intermediária (...) para que o 'espírito do Rio' se materialize muito rapidamente em tratados e políticas públicas concretas de escopo planetário" (p.140).

Ora, o que vem a ser o tal "espírito do Rio" a que se referem os autores? Em outro artigo do mesmo livro, Hector Leis, citando "A Carta da Terra", subscrita por mais de 1300 entidades representando 108 países no Fórum Internacional de

Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais (o chamado evento paralelo à CNUMAD) assim o define: “Nós somos a Terra, os povos, as plantas e animais, gotas e oceanos, a respiração da floresta e o fluxo do mar. [...] Nós aderimos a uma responsabilidade compartilhada de proteger e restaurar a Terra para permitir o uso sábio e equitativo dos recursos naturais, assim como realizar o equilíbrio ecológico e novos valores sociais, econômicos e espirituais. Em nossa inteira diversidade somos unidade”(p.43).

O “espírito do Rio” recomenda, portanto, prudência no trato político das questões ambientais, uma vez que os cientistas não descartam problemas globais com a manutenção dos mecanismos de apropriação ambiental em vigor. Hector Leis vai mais além em seu artigo. Ele discorre sobre as teorias das relações internacionais, detendo-se no realismo, no idealismo e na teoria da interdependência, balisando o ambientalismo frente a elas. Dispara críticas ao neoliberalismo, mostrando sua incompatibilidade com a conservação ambiental. Cita o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin como um pioneiro da difusão das premissas do ambientalismo: a solidariedade e a cooperação. Apóia-se na teoria

da ação comunicativa do filósofo alemão Jurgen Habermas, para distinguir o ambientalismo de outras ideologias por desenvolver “uma condição ético-comunicativa, capaz de orientar ações de interesses divergentes” (p.32). Entretanto, e talvez esteja aqui o maior mérito deste trabalho, define o ambientalismo “como realista-utópico porque só poderá vir a acontecer pela construção de pontes e aproximações entre fenômenos contrários (...). Em outras palavras, a missão do ambientalismo é fazer o Dalai Lama e o presidente da IBM sentarem para conversar”(p.40).

Esta nova ética definida por Leis é cara à direita, que não admite rever seu modelo explorador do ambiente e dos seres humanos (privando-os até mesmo do trabalho, como assistimos na revolução científico-tecnológica em curso) e à esquerda que não reconhece a emergência de novas matrizes que conduzam a “uma maior acomodação e/ou tolerância das diferenças” (p.42).

O ambientalismo em muito superou o romantismo preservacionista. Ganhou militância e virou uma bandeira. Como tal, tem de ser analisado politicamente, ainda que seja mais utópico que realista.

Wagner Costa Ribeiro\*

---

(\*) Prof. do Depto. de Geografia da USP